



Análise dos contributos da consulta pública

**Visão estratégica
para o Plano de Recuperação
Económica de Portugal
2020-2030**

António Costa Silva
setembro 2020

Índice

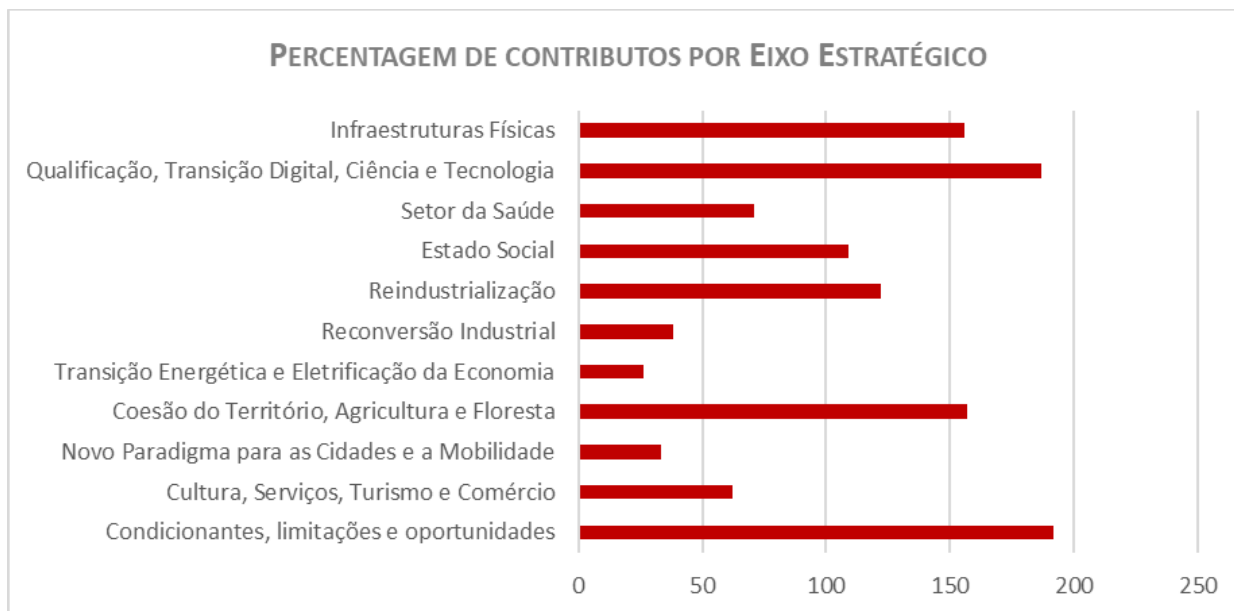
1. Introdução	3
2. Debate Público: Análise dos Contributos.....	6
A. Adenda ao documento inicial	6
B. Sumarização dos contributos.....	10
Eixo Estratégico 1 – Rede de Infraestruturas.....	10
Eixo Estratégico 2 – Qualificação da população, transição digital, Ciência e Tecnologia	14
Eixo Estratégico 3 - O Setor da Saúde e o Futuro	17
Eixo Estratégico 4 - O Estado Social	19
Eixo Estratégico 5 – A reindustrialização do País.....	21
Eixo Estratégico 6 – A Reconversão Industrial	25
Eixo Estratégico 7 – A transição Energética e a Eletrificação da Economia	28
Eixo Estratégico 8 – Coesão do Território, Agricultura e Floresta.....	30
Eixo Estratégico 9 – Um Novo Paradigma para as Cidades e a Mobilidade	33
Eixo Estratégico 10 – Cultura, Serviços, Comércio e Turismo	35
Condicionantes, Limitações e Oportunidades	38

1. Introdução

Depois da apresentação pública da Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030, decorreu durante um mês um debate público alargado, com a participação de múltiplos cidadãos, associações, confederações, autarquias, empresas, universidades, centros de investigação, sindicatos e inúmeros outros organismos. Foram recebidos mais de mil contributos que versaram todas as áreas e eixos estratégicos apresentados no documento. Este debate muito participado é por si só inspirador, mostra o interesse e a posição de muitos cidadãos e instituições na busca de um rumo para o país que possa fazer face à enorme crise económica, social e sanitária gerada pela pandemia Covid-19.

As figuras seguintes refletem a distribuição pelos Eixos Estratégicos, dos contributos recebidos, sendo que sensivelmente dois terços provêm de cidadãos e os restantes de instituições e empresas.

Eixos		N.º	%
1	Infraestruturas Físicas	156	14%
2	Qualificação, Transição Digital, Ciência e Tecnologia	187	16%
3	Setor da Saúde	71	6%
4	Estado Social	109	9%
5	Reindustrialização	122	11%
6	Reconversão Industrial	38	3%
7	Transição Energética e Eletrificação da Economia	26	2%
8	Coesão do Território, Agricultura e Floresta	157	14%
9	Novo Paradigma para as Cidades e a Mobilidade	33	3%
10	Cultura, Serviços, Turismo e Comércio	62	5%
outros		192	17%
TOTAL		1153	



Como autor da Visão Estratégica, queria agradecer todos os contributos e toda a participação. Esta conversa abrangente e multifacetada só pode enriquecer a nossa sociedade, promover mais participação cívica e dinamizar formas de prosseguir o caminho necessário para daqui a dez anos termos um país melhor. Um país capaz de abandonar o último lugar da União Europeia a 27 em termos da qualificação da sua população ativa. Um país capaz de duplicar o investimento em ciência e tecnologia. Um país capaz de construir as infraestruturas indispensáveis para aumentar a sua conectividade europeia e global e ser muito mais competitivo. Um país capaz de aumentar a qualidade dos seus serviços públicos, em particular do SNS, e investir nos seus equipamentos e recursos humanos. Um país capaz de prestar atenção aos seus problemas sociais e de desenhar políticas para diminuir as desigualdades e erradicar a pobreza e a exclusão. Um país capaz de se reindustrializar, alinhado com as forças económicas e tecnológicas que estão a mudar o mundo. Um país capaz de fazer a reconversão industrial e inserir-se na reorganização das cadeias logísticas globais. Um país mais descarbonizado e mais sustentável do ponto de vista ambiental e social. Um país capaz de operar a transição energética e reforçar os clusters das energias limpas. Um país capaz de mudar o destino do interior, de dinamizar a economia local, de criar mais riqueza agrícola, de proteger a floresta, de inserir cada vez mais o interior no *hinterland* ibérico. Um país capaz de criar espaços geoeconómicos integrados e aumentar a sua resiliência. Um país capaz de apostar no mar e de revitalizar as suas fileiras produtivas e simultaneamente dinamizar a investigação oceanográfica e climática para mitigar a crise ambiental do planeta. Um país capaz de mudar as suas cidades, tornando-as mais competitivas, mais resilientes, mais inovadoras e menos poluídas. Um país capaz de apoiar as suas empresas na criação de produtos e bens de alto valor acrescentado exponenciando todas as suas

competências funcionais, para fazerem a diferença. Um país capaz de apoiar o desenvolvimento, a inovação e a diversificação no comércio, nos serviços e no turismo, consolidando setores que são cruciais para o futuro. Um país capaz de promover e apoiar o desenvolvimento de bens e serviços culturais e de reconhecer o valor económico e geopolítico da cultura.

A política não pode ser feita só de rejeição e de antagonismos exacerbados. Deve contemplar também a adesão a projetos transformadores. O debate público participado, empenhado e construtivo, que se seguiu à apresentação pública da Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica, faz-me acreditar que isto é possível, que há um movimento cívico genuíno, que atravessa todas as áreas e inclui intervenientes mais atentos, mais preparados e que estão dispostos a apostar no conhecimento e na ciência para fazer melhor e para fazer diferente.

A análise de todos os contributos do debate público foi exaustiva e cobriu todas as áreas. A metodologia seguida, que parece ser a indicada para extrair toda a riqueza do intenso debate público que teve lugar, foi a seguinte:

- i. Fazer o levantamento de todos os contributos, agrupando-os em torno de grandes categorias, para cada um dos Eixos Estratégicos;
- ii. Identificar o potencial e a importância estratégica dos contributos e tratar as grandes categorias que implicam uma abordagem mais cuidada e mais profunda;
- iii. Concentrar o foco nas categorias de maior impacto estratégico.

Nesta abordagem foi ainda considerado um outro critério diferenciador: a distinção entre os contributos que representam uma continuidade, aprofundamento ou mudança de escala de políticas já enunciadas ou em curso e aqueles que apresentam ideias e propostas novas e potencialmente disruptivas.

Esta diferenciação permite, por um lado, dar a atenção necessária ao debate das áreas e políticas que revelam uma certa continuidade e que têm pautado a atuação de múltiplos governos ao longo dos 46 anos da democracia portuguesa e que incidem principalmente na Educação, Saúde, Ciência e Tecnologia, Obras Públicas, Justiça e funcionamento da Administração Pública.

Mas permite, por outro lado, focar com maior intensidade as áreas novas, capazes de suscitar mais debate. É o caso manifesto das propostas de reindustrialização do país, da reconversão industrial e da reorganização das cadeias logísticas, da resposta da economia às mudanças tecnológicas, exigindo uma análise que combina os *clusters* tradicionais com o tratamento de toda a cadeia de valor. É o caso da aposta mais sistémica no mar nas suas múltiplas valências, ou a aposta no aprofundamento da descarbonização da economia portuguesa e da transição energética. É também

o caso da aposta nas macrorregiões de Lisboa e Porto para competirem à escala global e o projeto para mudar o destino do interior do país com a extensão da fibra ótica, a aposta na agricultura de precisão e a criação de espaços geoeconómicos integrados que funcionem como dinamos do desenvolvimento local.

1. Debate Público: Análise dos Contributos

A análise do debate público mostra que existe, globalmente, um consenso sobre os grandes projetos elencados no Documento da Visão Estratégica. Alguns dos contributos recebidos vão mais longe e suscitam questões importantes que melhoram o documento e que são sumarizadas de seguida.

Muitos outros contributos estão relacionados com projetos específicos, com o modo de fazer, com a implementação e execução dos projetos, com as entidades que devem ser envolvidas, com o funcionamento da Administração Pública e com os mecanismos de contratação pública. Estes contributos são importantes e devem ser tidos em conta pelos decisores políticos.

A. Adenda ao documento inicial

Os contributos do debate público permitem enriquecer o documento inicial da Visão Estratégica nos seguintes pontos:

i. O Cluster da Petroquímica, Química Industrial e Refinação

Este cluster, reconhecido pelo IAPMEI, não está devidamente representado no documento inicial e é relevante porque representa cerca de 14% das exportações nacionais e tem cadeias de valor que são estratégicas para o país. Este setor tem uma estratégia de desenvolvimento para o reforço da sua presença nos mercados internacionais, a atração de investimento e a substituição de importações. A indústria química em Portugal gera emprego e produtos de alto valor acrescentado, tem uma dinâmica de inovação forte e alguns segmentos ligados à biotecnologia, têm um elevado potencial de valorização dos recursos endógenos. No seu conjunto, é uma indústria com potencial para assumir um papel importante no processo de transição para uma economia circular, no âmbito da reciclagem dos resíduos. A formação avançada de quadros é essencial para o desenvolvimento e modernização deste setor, recomendando-se que o programa doutoral que estava em vigor, cofinanciado pelas empresas e pela FCT, seja reativado.

i. A eficiência energética

No documento inicial, embora mencionado, não é suficientemente enfatizado o papel da eficiência energética na transição em curso, mas também como fator de primeiro plano para o desenvolvimento do país. A eficiência energética é muitas vezes mencionada no desenho das políticas públicas, mas é necessária uma maior consistência nos esforços. Trata-se da energia mais barata que o país tem, porque é a “energia escondida”, aquela que não será consumida se existir maior eficiência e racionalidade nos processos industriais e no estilo de vida. Tendo metas muito ambiciosas para a redução de emissões e para a incorporação de fontes renováveis na produção de eletricidade, Portugal não tem tido um desempenho positivo na eficiência energética, em particular nos edifícios. Existe no mundo uma espécie de revolução dos “*negawatts*”, isto é, da energia que pode não ser consumida e a Agência Internacional de Energia estima que pode chegar a cerca de um terço do consumo mundial. Isto é válido para Portugal porque, apesar dos esforços feitos, o país continua a desperdiçar energia em larga escala. Há que dar toda a atenção ao aumento da eficiência energética nos edifícios, nos processos industriais, nas empresas e no consumo privado. Como o debate público acentuou, a eficiência energética é um fator que pode ser relevante para o desenvolvimento económico do país, porque tem um impacto brutal na produtividade total dos fatores de produção. Portugal precisa de ter dois programas de investimento neste domínio, um para os edifícios públicos e outro para os edifícios privados, construídos antes de 2006.

i. A mineração no mar profundo

O debate público revelou uma preocupação legítima sobre a mineração no mar profundo e os efeitos que pode ter nos ecossistemas marinhos e na preservação da biodiversidade. O documento inicial chama a atenção para a grande dependência que existe hoje no mundo de um conjunto de minerais estratégicos como o lítio, cobalto, o níquel, o manganês e as terras raras, cruciais para a eletrónica de alta precisão, a indústria dos computadores e telecomunicações e para a transição energética. Defende, em relação ao mar, a necessidade de aumentar o conhecimento de todos os ecossistemas e recursos disponíveis na Zona Económica Exclusiva. A economia azul tem virtudes, problema e riscos que devem ser acautelados, como mostrou o debate público. Neste sentido, qualquer exploração dos recursos marinhos deve ser baseada no conhecimento, na ciência e na tecnologia e só se deve realizar caso existam garantias de salvaguarda dos ecossistemas, da preservação da biodiversidade e da minimização de todos os riscos. É por isso que no documento inicial não é aconselhada qualquer intervenção nos campos hidrotermais dos Açores, porque, com o conhecimento que existe hoje, sabe-se que estão associados a ecossistemas marinhos de grande

riqueza que devem ser protegidos. Mas sabemos pouco sobre as outras áreas oceânicas onde se localizam recursos minerais importantes e antes de ser tomada qualquer decisão, que não será a curto prazo, o país deve continuar a acumular informação e conhecimento, nomeadamente através do projeto de mapeamento dos fundos oceânicos que está a ser desenvolvido pela Marinha Portuguesa e que deve merecer um apoio transversal. A exploração no mar pode ser uma fonte de riqueza, mas só deve ser feita com base em decisões informadas, que salvaguardem o património natural.

i. O Comércio e os Serviços

O Documento da Visão Estratégica suscitou controvérsia quanto ao contributo do setor terciário para o desenvolvimento do país, que é considerado como sendo pouco valorizado, face ao enfoque dado à reindustrialização e à reconversão industrial. O papel do setor terciário na economia nacional é incontornável, representa uma parte significativa do PIB português e deve ser devidamente reconhecido e valorizado. Não existiu qualquer intenção de minorizar este setor face ao setor industrial. Considera-se que o investimento na reindustrialização e na reconversão industrial do país terá um impacto muito positivo no comércio e serviços, com o aumento da produção de produtos nacionais. O sistema económico não deve ser visto como um jogo de soma nula, há muitas sinergias que são criadas com o desenvolvimento de múltiplos setores e a sua fertilização cruzada. O apoio aos setores do comércio e dos serviços, na sequência da crise pandémica, é vital para permitir salvaguardar as suas valências, que são essenciais para o futuro. As cadeias de valor estão a transitar para as plataformas digitais e o debate público acentuou a importância desta tendência para o setor terciário em Portugal e para a necessidade de ser dada atenção ao comércio eletrónico. O principal ativo das plataformas digitais não é o capital físico, é o valor intangível dos seus dados. O debate público chamou a atenção para o valor do imaterial nestas novas cadeias de valor e para a crescente tendência de customização de produtos e serviços. As novas tecnologias estão a transformar o setor terciário com a desintermediação dos *brokers*, a agregação dos processos de expedição de produtos e mercadorias, o desenvolvimento de sistemas de *software* de serviços e o foco no controlo das *interfaces*. O debate público acentuou a necessidade de implementação de políticas públicas de apoio à digitalização do setor terciário, tendo em conta a maior complexidade dos processos, a necessidade de utilização dos dados para otimização das infraestruturas ativas e do sistema de transportes. Isto suscita questões sérias para o futuro, e é importante que o setor terciário seja muito apoiado ao nível da qualificação e da capacitação, para poder operar no contexto digital e adaptar-se à alteração do comportamento dos consumidores, às alterações logísticas e à evolução da procura.

i. O Turismo

Embora seja tratado no documento inicial, o setor do turismo merece uma atenção redobrada pelo seu papel fulcral na economia nacional. Em 2019, representou cerca de 13% do PIB do país, e nos anos anteriores cresceu de forma admirável, diversificou a oferta turística, colocou Portugal no primeiro lugar dos destinos turísticos mais apreciados e procurados do mundo. Este setor, pela extraordinária resposta das empresas, dos operadores turísticos e do acerto das políticas públicas de apoio, tornou-se um contribuinte fundamental para a economia nacional, em termos da riqueza gerada e do número de postos de trabalho criados. O trabalho conjunto dos setores público e privado colocou o turismo num lugar de destaque. A crise sanitária atingiu duramente o setor e as políticas públicas desenhadas para o apoiar devem ser reforçadas e alargadas, para preservar as suas valências essenciais e estar preparado para a retoma. Portugal tem um enorme potencial turístico e as propostas apresentadas no documento inicial para a diversificação da oferta receberam grande apoio. O debate público aprofundou essas propostas em áreas como o turismo da saúde e o turismo oceânico e acentuou a importância de um modelo de turismo sustentável, que permita o seu desenvolvimento equilibrado, garantindo a confiança dos visitantes e o bem-estar dos visitados. O país deve continuar a melhorar a sua oferta e tem todas as condições para o turismo voltar a ser um ativo de primeiro plano.

i. As Centrais de Biomassa

O debate público evidenciou algumas preocupações acerca do projeto de Centrais de Biomassa. É claramente reconhecido o potencial que o tratamento da biomassa florestal tem em Portugal e a necessidade de apoiar a sua valorização, com base numa análise custo-benefício rigorosa e o desenvolvimento de mecanismos competitivos. Foi ainda suscitada a necessidade de fazer o balanço das experiências já realizadas, assentes em grandes centrais e que conduziram, em certos casos, ao desperdício. Desta forma, o modelo propugnado no documento inicial, e que o debate público tornou ainda mais pertinente, é baseado em pequenas centrais para a produção de calor ou de calor e eletricidade, para dinamizar a economia local, ajudar à limpeza da floresta e criar riqueza. É também suscitada a necessidade de um enquadramento regulatório mais adequado, com uma definição clara do que é a biomassa florestal e os seus resíduos, que são o material que deve alimentar as centrais. Isto é importante para evitar a queima de árvores e tudo o que pode configurar uma utilização insustentável da floresta. No debate público participaram algumas empresas e operadores da área, revelando a experiência acumulada no país e apresentando soluções já implementadas, focadas nas pequenas centrais, modelo que tem sucesso na Europa Central e nos Países Nórdicos e que é mais eficiente e minimiza os desperdícios.

B. Sumarização dos contributos

É apresentado de seguida um resumo dos contributos do debate público, para cada um dos dez Eixos Estratégicos da Visão, agrupados em torno de grandes categorias e incidindo sobretudo nas ideias e conceitos, deixando as propostas mais específicas à consideração dos decisores políticos.

Eixo Estratégico 1 – Rede de Infraestruturas

As propostas apresentadas para este Eixo Estratégico, cujo objetivo é prosseguir e consolidar o esforço de criação de uma rede estratégica de infraestruturas de transportes e mobilidade, ambientais e de energia, indispensáveis à sustentabilidade, competitividade e conetividade do território, foram alvo de intenso debate público, que revelou um consenso alargado sobre a necessidade de o país se dotar com as infraestruturas propostas no documento inicial e que se refletiu na multiplicidade de contributos e sugestões recebidos, que podem ser agrupados em quatro grandes categorias.

A Ferrovia

A este nível, os contributos centraram-se essencialmente nos seguintes domínios:

- **A ligação ferroviária entre capitais de distrito e a articulação do desenho da rede ferroviária nacional com o planeamento do território**, visando essencialmente a melhoria da mobilidade entre as diferentes regiões do país, garantindo uma adequada cobertura territorial, a criação de interfaces entre a ferrovia e os transportes públicos rodoviários, a promoção do comboio como principal meio de transporte nacional e uma maior aposta no transporte ferroviário de passageiros, com implementação da alta velocidade entre Lisboa e Porto e aposta na melhoria das ligações ferroviárias nas duas áreas metropolitanas;
- **A conetividade ibérica por ferrovia**, considerada uma aposta fundamental para aumentar a competitividade do país, conectando os portos e zonas industriais portuguesas com Espanha para incrementar as exportações, reativando a rede ferroviária existente e construindo as ligações Lisboa-Madrid e Porto-Galiza;
- **A adoção da bitola europeia** é proposta, sendo apresentado o argumento de que, caso contrário, o país será “uma ilha ferroviária na Europa”, comprometendo a capacidade exportadora e dificultando a substituição do transporte rodoviário de mercadorias, maioritário no país, que deve perder peso devido ao objetivo de descarbonização, pela ferrovia. A argumentação reforça a necessidade de adoção da bitola europeia nas ligações internacionais, tornando-as mais competitivas e interoperativas.

Estes contributos são relevantes para a otimização do funcionamento do sistema de transportes nacional e para melhorar a eficácia global.

O modelo ferroviário - ao nível do desenho da rede e do equilíbrio entre transporte de mercadorias e de passageiros - deve estar alinhado com o planeamento do território, mas também com as necessidades decorrentes do modelo de reindustrialização - com as novas indústrias e com a produção de bens de valor acrescentado -, da evolução do turismo, dos serviços e do comércio.

A conetividade com Espanha por ferrovia é muito relevante, uma vez que favorece a criação de espaços geoeconómicos integrados e o maior peso da economia portuguesa no *hinterland* ibérico. A importância de Espanha e das suas comunidades autónomas é fulcral para a economia portuguesa e a insignificância do comboio nas relações ibéricas pode conduzir a menos negócios, menos turismo e menos economia.

A questão da bitola adotada é alvo de grande debate. Os especialistas na área dividem-se essencialmente em dois grupos: o que defende que este problema está claramente ultrapassado pela descoberta de soluções tecnológicas novas; e o que considera que isso é parcialmente verdade para o transporte de passageiros, mas não o é para o transporte de mercadorias. É muito importante aferir o efeito que a transformação da economia portuguesa, com um peso crescente de serviços, novas indústrias, turismo e reindustrialização, tem no transporte ferroviário de mercadorias, que é sem dúvida importante, mas cuja escala e dimensão no futuro, não só em Portugal, mas no contexto europeu, devem ser tidas em conta, em conexão com a possibilidade do aumento de exportações por via marítima.

Fazer a troca de bitola implica um investimento que, pela sua dimensão é difícil de quantificar e poderá tornar redundante o atual material circulante. A proposta de trocar a bitola apenas para as linhas internacionais implicaria a criação de mais uma descontinuidade, o que se pretende evitar. Espanha está a fazer a troca de bitola nas ligações de Barcelona a França. No mais, construiu uma linha de alta velocidade para passageiros, que funciona em circuito fechado e onde a escolha da bitola é irrelevante. Todas as ligações entre Espanha e Portugal são em bitola ibérica, o que favorece a aposta no crescimento do *hinterland* ibérico com base na ferrovia. É importante referir que todos os novos investimentos, em curso e em projeto, permitem, no futuro, a sua adaptação à bitola europeia.

Os Portos

Neste contexto, os principais contributos referem **a importância de adaptar a capacidade dos portos portugueses, em particular Sines, para a receção de supercontentores**, através da criação de infraestruturas e plataformas logísticas que permitam oferecer um transporte de mercadorias intermodal para o centro da Europa; **a criação de hubs logísticos em diferentes pontos do país, incluindo as regiões autónomas**, para otimizar as exportações e a distribuição de mercadorias, atraindo o investimento dos grandes centros europeus e asiáticos de distribuição.

Da análise dos contributos, ressalta que é necessário aferir a forma como vai evoluir o tráfego mundial de mercadorias após a crise pandémica. Antes da crise cerca de 90% do comércio mundial fazia-se por mar e mesmo que existam alguns ajustamentos ao modelo de globalização, o peso do transporte marítimo de mercadorias continuará incontornável, e a capacidade de receber supercontentores nos portos nacionais deve ser analisada porque é uma tendência clara do mercado. Por outro lado, a criação de *hubs* logísticos e o desenvolvimento de cadeias logísticas é uma das mais fortes recomendações da Visão Estratégica. O seu planeamento, de acordo com a evolução das tendências dos mercados internacionais, dos padrões de procura e do seu efeito no transporte de mercadorias, é importante para se evitar capacidade ociosa e para se ter um sistema eficaz, operacional e competitivo.

Mobilidade, Transportes e Cadeias Logísticas

O debate em torno da **construção do aeroporto** de Lisboa, mas também propostas de construção de um aeroporto na Região Centro e da necessidade de otimização do uso do aeroporto de Beja são focados recorrentemente nos contributos; são ainda objeto de sugestões a **expansão e reorganização dos metros de Lisboa e Porto**, e a sua ligação aos concelhos das respetivas áreas metropolitanas; são também sugeridas múltiplas **intervenções da rede rodoviária do país**, designadamente ao nível da sua requalificação, bem como a dinamização de **Redes Nacionais de ciclovias e de percursos pedestres**; a **criação de plataformas logísticas regionais**, ressalta também nos contributos para esta área.

A existência de uma adequada cobertura aeroportuária é consensualmente considerada um fator importante para assegurar e aumentar a competitividade e o desenvolvimento económico do país. As ligações aéreas são um dos fatores essenciais que condiciona a *performance* da economia portuguesa. Deve ser dada particular atenção aos impactos da pandemia no futuro do transporte aéreo. Uma parte importante dos contributos recebidos relacionam-se com o modelo e com a localização do futuro Aeroporto de Lisboa, com um mapeamento das vantagens e inconvenientes das diferentes soluções, sendo que a decisão não pode ignorar o percurso feito pelo país nesta matéria.

A intervenção nas redes de metropolitano de Lisboa e Porto são uma recomendação forte na Visão Estratégica. A criação de plataformas logísticas regionais, desde que adequadamente inseridas nas redes comerciais e energéticas, pode aumentar a competitividade das economias locais. As sugestões de intervenção na rodovia estão, na sua maioria, já contempladas nos Projetos PIN, e a concretização dos *missing links* é importante para o desenvolvimento económico local. Portugal tem uma infraestrutura rodoviária muito capaz, mas persistem alguns problemas na travessia de centros urbanos e nas ligações finais a importantes polos geradores de tráfego, como sejam algumas zonas industriais. Estes investimentos não poderão deixar de ser executados, sob pena de comprometerem a competitividade de várias regiões do país e inclusivamente a capacidade de utilização dos grandes eixos rodoviários.

Por fim as propostas de criação de Redes Nacionais de ciclovias e de percursos pedestres são excelentes contributos para a alteração progressiva da cultura de mobilidade, para a aposta em soluções que podem mudar comportamentos, alterar estilos de vida e contribuir para uma melhor qualidade de vida, para a descarbonização e para um futuro mais limpo.

Gestão da rede de infraestruturas hídricas

A este nível destacam-se as sugestões de **criação de uma rede nacional de aproveitamento de águas residuais**, que privilegie o redirecionamento das águas tratadas, provenientes das Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) para riachos e ribeiras, em detrimento do mar. Esta solução permitiria restabelecer o equilíbrio das zonas húmidas do território português, enriquecendo os cursos de água e os ecossistemas envolventes, e simultaneamente contribuir para a estabilização da costa marítima.

A circularidade das águas residuais feita de modo adequado é um dos fatores que pode ter efeitos positivos, quer ao nível ambiental quer ao nível económico. Neste contexto, a gestão do ciclo urbano da água e a valorização do tratamento das águas residuais é importante para o futuro. O aumento da capacidade de armazenamento através da melhor gestão dos sistemas aquíferos e da criação de reservas estratégicas de água são essenciais para a sustentabilidade do país e dos diferentes subsistemas económicos, como é o caso da agricultura.

Eixo Estratégico 2 – Qualificação da população, transição digital, Ciência e Tecnologia

O debate público sobre este Eixo, não põe em causa qualquer das propostas apresentadas na visão estratégica, pelo contrário, vem reforçar a sua importância, incidindo os contributos sobre o modo de os concretizar, sobre as instituições a envolver, sobre projetos em curso com possibilidade de serem ampliados e sobre eventuais dificuldades ou condições prévias ao sucesso das medidas.

A qualificação da população

A necessidade de um investimento continuado e diversificado na qualificação da população, jovens e adultos, reúne um consenso alargado, tendo sido sugeridas inúmeras medidas concretas em dois planos:

- **No plano da educação básica e secundária**, são várias as propostas relativas ao investimento nas infraestruturas físicas e tecnológicas das escolas, o reforço e a melhoria do ensino profissional e a atualização de conteúdos de ensino e materiais pedagógicos em matérias como a leitura, as tecnologias digitais, a formação cívica e o desporto. Há ainda um conjunto de propostas relativas à formação de professores e às condições de exercício da profissão, centradas sobretudo na capacitação para os desafios da transição digital, referindo-se o papel que as instituições de ensino superior podem desempenhar neste desafio;
- **No plano da qualificação dos adultos, da formação profissional e da formação ao longo da vida**, o conjunto das propostas realça a necessidade de programas orientados para a reconversão profissional de desempregados para as áreas emergentes das tecnologias digitais, associando a proteção no desemprego com os programas de formação profissional de nível superior, referindo-se ainda a necessidade de investimento tecnológico dos centros de formação profissional e de atualização e modernização das ofertas formativas do IEFP. Neste plano, destaca-se também a disponibilidade de empresas, associações empresariais, sindicatos e instituições do ensino superior para serem parceiros e agentes ativos nos programas de melhoria da qualificação dos portugueses.

Presente, de forma insistente, em vários dos contributos está a questão da **Ação Social**, em particular dirigida aos estudantes do ensino superior, sublinhando, tanto as instituições de ensino superior como as associações de estudantes e de juventude, a importância deste instrumento na promoção da igualdade de oportunidades de acesso ao ensino e sugerindo o seu reforço e o alargamento dos apoios proporcionados.

As desigualdades escolares e a qualidade do ensino são as duas grandes preocupações que orientam as propostas apresentadas. Estas revelam também a disponibilidade das autarquias para uma participação ativa na concretização dos programas de investimento e modernização das escolas.

Adquire ainda especial relevância, sobretudo no contexto de crise pandémica, a necessidade de serem implementados mecanismos de apoio social aos estudantes.

A aceleração da transição digital e as infraestruturas digitais

Do debate deste tema, relevam três grandes grupos de preocupações:

- **Incremento da formação em tecnologias digitais**, sendo sugerido o prosseguimento de diferentes programas: uns destinados a ultrapassar os problemas de **literacia da população adulta** ou de **iniciação nos níveis básicos de educação**; outros destinados à **formação de técnicos** em níveis básicos, médios e superiores de profissionalização; é ainda reconhecida a necessidade de um forte investimento na formação de técnicos em tecnologias digitais, para a administração pública, para o sector empresarial e para o terceiro sector.
- **O investimento em infraestruturas - fibra ótica e tecnologias móveis** - constitui um elemento crítico e essencial, reconhecendo as diferentes entidades e cidadãos que participaram no debate, a necessidade do seu alargamento e generalização a todo o território, em todas as instituições e espaços públicos (incluindo transportes).
- **No domínio da transição digital**, são apresentados, por universidades, empresas e autarquias propostas de projetos de investigação e inovação, aplicados a diferentes domínios, desenvolvidos por equipas de investigadores e técnicos, que merecem ser rastreados e ver avaliado o seu potencial de desenvolvimento. É ainda proposta a criação de centros de competências e de inovação para apoiar, no processo de transição digital, empresas, organismos da administração pública central e local, instituições públicas desconcentradas (como hospitais e centros saúde ou escolas) e instituições do terceiro sector, com as valências da formação de recursos humanos adequada às necessidades específicas e do desenvolvimento de projetos de modernização tecnológica e de gestão, incluindo o teletrabalho.

A formação em tecnologias digitais, as infraestruturas tecnológicas e os centros de competências são os temas mais discutidos no debate sobre a transição digital. Orientam o debate as preocupações com as desigualdades no território, nas instituições públicas e privadas e a perceção de que a transição digital pode constituir uma oportunidade para a recuperação económica e para a melhoria das condições de vida dos cidadãos.

No que respeita à formação em tecnologias digitais, o debate vai mais longe do que os programas propostos no documento da Visão Estratégica, merecendo uma análise cuidada. Inúmeras instituições relevantes - escolas, centros de formação profissional, empresas e associações empresariais, sindicatos e instituições do ensino superior manifestaram, no debate público, a sua disponibilidade para participar neste importante designio. Merece ainda ser considerada a sugestão, muito repetida, de criação de centros de competências e de inovação para apoiar o processo de transição digital em empresas e outras instituições e organismos.

A Ciência e Tecnologia

Os contributos para o debate público, em matéria de Ciência e Tecnologia, permitem especificar de forma mais pormenorizada o plano de investimento nas universidades, politécnicos, centros de investigação e centros tecnológicos. As sugestões apresentadas na discussão pública e que merecem maior atenção podem ser organizados em vários planos:

- **A modernização e diversificação das ofertas formativas das universidades**, reconhecida em vários contributos como uma necessidade imperiosa, depende da revisão dos procedimentos de aprovação das ofertas formativas e da aplicação de um modelo de financiamento que estimule a inovação e a capacidade de atrair novos públicos. É destacada a importância de **promover consórcios e projetos interinstitucionais de base colaborativa**, para responder aos desafios mais urgentes da formação superior para a transformação digital, para a transformação energética e ambiental, para a administração pública e para a formação de professores;
- **O investimento em programas de reequipamento das infraestruturas tecnológicas e de sustentabilidade energética**, que permitam às instituições do ensino superior continuar a desempenhar o seu papel no ensino e na disseminação do conhecimento, em convergência com as instituições europeias congéneres;
- **Desburocratização, simplificação e digitalização integral dos procedimentos de candidaturas ao financiamento** de projetos de investigação e desenvolvimento, bem como a instituição de regras que garantam a previsibilidade e estabilidade do financiamento, sendo sugerida a celebração de um **“Pacto para a Ciência”** que envolva as instituições públicas e privadas.
- **O ensino superior como instrumento de cooperação e internacionalização** é um tópico presente em diferentes contributos, sugerindo-se a oportunidade de manter níveis elevados de atração de estudantes internacionais, através de plataformas de ensino à distância em língua portuguesa, em parcerias que envolvessem as universidades e o Instituto Camões.

A este nível, existe um consenso sobre a necessidade de reforçar o investimento nas atividades de Investigação e desenvolvimento, mas igualmente nas atividades de ensino, formação e valorização do conhecimento promovidas pelas universidades e politécnicos, em sintonia com a forte aposta na inovação, tecnologia e conhecimento expressa na Visão Estratégica.

Eixo Estratégico 3 - O Setor da Saúde e o Futuro

O debate público sobre o programa de reforço do investimento no setor da saúde apresentado na Visão Estratégica contribui de forma significativa para o enriquecer e alargar, acrescentando valor aos projetos já previstos no documento inicial.

As sugestões apresentadas na discussão pública, podem ser organizadas em quatro planos:

- **A formação dos profissionais de saúde**, incluindo, além dos médicos e enfermeiros, um conjunto vasto e diversificado de profissionais especializados em diferentes áreas disciplinares (ciências sociais) e tecnológicas (tecnologias digitais) é referida em vários contributos. As universidades defendem a necessidade de modernização da formação inicial e contínua dos profissionais de saúde, assentes na interdisciplinaridade e envolvimento em atividades de investigação. Regista-se também a apresentação de contributos que sublinham a importância da revisão das carreiras dos profissionais de saúde e o lançamento de políticas de melhoria das condições de trabalho.
- No domínio da **investigação na área das ciências da saúde**, para além dos projetos apresentados na Visão Estratégica, os contributos do debate público apontam para a necessidade de programas de apoio à criação de parcerias entre as universidades, centros de investigação, centros de incubação e instituições do SNS, visando o desenvolvimento de conhecimento científico multidisciplinar, mas também o desenvolvimento de soluções inovadoras que respondam a necessidades sinalizadas pelas unidades do SNS; no mesmo sentido é defendida a construção de uma articulação virtuosa entre o SNS e empresas portuguesas produtoras de bens e serviços na área da saúde, contribuindo para potenciar o seu desenvolvimento e a sua integração no mercado europeu e internacional.
- **O investimento em infraestruturas tecnológicas e tecnologias digitais, fixas e móveis**, que permitam enfrentar os desafios da transformação digital, nos domínios da gestão integrada, mas também da prestação de cuidados e do desenvolvimento da telemedicina são igualmente propostos.
- Os desafios da **gestão em saúde, da ligação das unidades do SNS ao mercado de bens e serviços e a utilização eficiente e racional de todos os recursos** existentes é apontada como uma questão crítica. São sugeridos programas de monitorização e avaliação das políticas de saúde, a construção de bases de dados e de indicadores, para apoio à decisão e à avaliação dos custos e resultados, a utilização de inteligência artificial e ciência de dados no tratamento da informação gerada nos atos de gestão e de prestação de cuidados. No mesmo sentido, ganhos de eficiência na utilização dos recursos e ganhos de qualidade na prestação de cuidados podem ser conseguidos com o envolvimento de instituições de proximidade (como por exemplo, as farmácias) e a melhoria da articulação entre as diferentes unidades do SNS.

Os contributos apresentados merecem ser considerados, em particular as propostas de utilização de inteligência artificial e ciência de dados no tratamento da informação gerada nos atos de gestão e de prestação de cuidados.

Os contributos chamam ainda a atenção para a necessidade de uma integração dos programas de investimento numa definição clara do SNS que se ambiciona para o país, considerando as suas diferentes áreas de intervenção, a cobertura territorial e instituições, públicas e privadas, nele envolvidas. Em todos os casos se reconhece que a existência de recursos financeiros constitui uma oportunidade para reforçar o SNS, completar a sua configuração (concluir a rede de unidades) e abrangência (alargamento a novas áreas, como a dos cuidados continuados), modernizar a prestação de cuidados e a gestão de recursos, tirando partido do conhecimento científico e das novas tecnologias disponíveis ou em desenvolvimento.

Eixo Estratégico 4 - O Estado Social

O debate público sobre o Estado Social suscitou uma multiplicidade de contributos. As propostas recebidas sugerem sobretudo a ampliação das medidas propostas na Visão Estratégica, programas específicos de concretização e, ainda, uma descentralização na sua execução envolvendo parcerias com as câmaras municipais e as instituições do setor social.

- De entre as muitas propostas recebidas no domínio da **habitação social e do arrendamento a preços acessíveis**, destacam-se: o **lançamento de um programa de redução da pobreza energética**, seja enquanto componente dos programas de construção e reabilitação de natureza pública, seja como programa autónomo de âmbito geral; a **associação dos programas habitacionais a programas de qualificação do espaço público**; uma **maior diferenciação dos programas** a lançar tendo em conta necessidades específicas de diferentes públicos-alvo (por exemplo residências para estudantes), ou os problemas a corrigir (por exemplo, relacionados com a sobrelotação ou a acessibilidade); a **articulação com medidas de maior regulação do mercado habitacional**, seja no arrendamento ou na aquisição de casa própria; a **concretização dos programas habitacionais** com base no envolvimento das regiões autónomas, dos municípios e das áreas metropolitanas; o **envolvimento da economia social**, nomeadamente através do movimento cooperativo.
- As propostas apresentadas para a **população idosa** visam sobretudo uma maior diferenciação dos serviços de cuidados a idosos, nomeadamente: completar a oferta de lares com a **de habitação partilhada para seniores**; promover as **soluções de cuidados continuados sem internamento**, articulando centros de dia e serviços de acompanhamento noturno; **ampliar e qualificar as redes de cuidados continuados e cuidados paliativos**.
- O **reforço das medidas de combate ao desemprego e de apoio à criação de emprego** é referido em várias propostas. Destacam-se, sobretudo as propostas de criação de programas de **emprego local** que contribuam para a redução da mobilidade pendular; de **integração dos jovens no mercado de trabalho**; de **reforço dos incentivos à contratação** por tempo indeterminado.
- O **reforço do apoio à natalidade**, com componentes fiscais, de conciliação trabalho-família e com um programa de investimento na **requalificação e alargamento da rede pública de creches**; o apoio à **qualificação técnica e à transição digital das instituições do poder local e do terceiro setor**; o **financiamento de programas de apoio social de proximidade** com parcerias entre os municípios e o terceiro setor; a definição de procedimentos de **desburocratização dos programas de combate à pobreza**; a criação de mecanismos de **microcrédito**; a **abertura da ADSE a todos os ativos** com emprego.

Neste domínio, foram feitas propostas e sugestões que evidenciam grande preocupação e empenho na procura de soluções, designadamente para as áreas mais afetadas pela crise pandémica. Merecem relevo as sugestões de avaliação dos programas desta área, tendo em conta o seu impacto na

redução das desigualdades, designadamente da desigualdade de género. A temática da habitação social e do arrendamento a preços acessíveis mereceu muitas sugestões que devem ser consideradas, sendo globalmente reconhecida a necessidade de aproveitar as novas oportunidades de financiamento para corrigir o défice de oferta pública de habitação. É ainda proposta a articulação entre os programas propostos na Visão Estratégica e outras medidas em curso ou metas já aprovadas, por exemplo na eliminação da situação de sem-abrigo.

Eixo Estratégico 5 – A reindustrialização do País

O debate público revelou grande interesse pelas propostas apresentadas na Visão Estratégica, com um forte apoio à sua implementação e com sugestões sobre como desenvolver estes projetos transformadores, com ênfase no papel das empresas, mas também manifestando legítimas preocupações com os seus impactos noutros setores do tecido produtivo e empresarial do país. É apresentada de seguida uma síntese dos contributos recebidos para múltiplos setores que poderão ser abrangidos pelo processo de reindustrialização.

A transição energética e a reindustrialização do país

- O papel da transição energética é referido como um fator chave para o sucesso do processo de reindustrialização do país e é sublinhado que esta é uma oportunidade para o desenvolvimento de novas indústrias e cadeias de valor;
- A produção de novos equipamentos, como eletrolisadores e sistemas para o controlo e gestão do consumo de energia, é sugerida;
- O papel do hidrogénio, como catalisador da transição energética e como gerador da criação de novas indústrias, que podem levar à substituição de importações, é relevado;
- O reforço do cluster das energias renováveis, com o autoconsumo e produção descentralizada de energia, a hibridização dos parques eólicos/solares e o repowering, são também enfatizados.

A análise destes contributos revela um grande apoio ao processo de transição energética, ao papel das energias renováveis como catalisadoras da mudança industrial e ao potencial que pode advir da sua integração no processo de reindustrialização.

Aquacultura e Pescas

- É sugerido com sendo crucial **o investimento na aquacultura**, atendendo a que 90% do peixe consumido no país, proveniente de aquacultura, é importado;
- É enfatizado o papel da aquacultura para **assegurar a sustentabilidade dos stocks** e responder à crescente procura de peixe;
- **O reforço da modernização da frota de pesca nacional** e o apoio à **qualificação dos profissionais da pesca** é referido como sendo essencial para o desenvolvimento e competitividade deste setor.

O investimento na aquacultura é enfatizado no documento da Visão Estratégica, fileira que apresenta um forte potencial para o futuro e onde o país apresenta vantagens e competências relevantes. Da mesma forma, deve ser dada especial atenção ao investimento na modernização e qualificação do setor das pescas.

A biomassa florestal

- O projeto da biomassa florestal recebeu muitos contributos sendo de destacar:
- a necessidade de **avaliar e desenvolver o potencial da biomassa florestal** em Portugal e de fazer uma análise da circularidade dos materiais associados;
- **fazer o balanço dos projetos já implementados** e identificar as fragilidades;
- implementar um **modelo de centrais baseado na biomassa residual**, triturada e seca;
- **regular a atividade**, por forma a garantir que o potencial crescimento da utilização sistemática de

Os contributos recebidos revelam o interesse em torno do projeto, da valorização deste recurso para a produção de energia, mas também para a limpeza das florestas. Para garantir o interesse continuado na limpeza das matas e florestas, essencial para reduzir o risco de incêndio, é necessário dar valor ao produto dessa limpeza – a biomassa residual. O uso da biomassa para a produção de eletricidade revela pouca eficiência, e por isso é recomendada a construção de uma rede de pequenas centrais para a produção de calor, associada a grandes equipamentos públicos ou a bairros residenciais, contribuindo assim para a redução da pobreza energética.

A Bioeconomia

- **Implementação de outros tipos de biomassa autóctone**, como complemento da biomassa florestal, como sejam os resíduos de elevada carga orgânica provenientes de indústrias de transformação alimentar;
- **Potenciar a capacidade instalada no país**, ao nível das várias fileiras da bioeconomia, em termos de conhecimento, infraestruturas e operadores;
- **Desenhar projetos de simbiose industrial** que alinhem a bioeconomia com a economia circular e a criação de produtos sustentáveis que possam substituir bens potencialmente poluidores.

Merece uma análise cuidada o potencial dos recursos de elevada carga orgânica referidos nestes contributos, a que deverá acrescer a possibilidade de utilização de resíduos marinhos. A bioeconomia é um segmento com grande potencial, como é referido na Visão Estratégica e pode ser uma alavanca para transformar processos produtivos, valorizar recursos endógenos e criar novas cadeias de valor de base biológica, em linha com as tendências atuais.

O Cluster do Hidrogénio

- Os contributos acentuam a **importância da aposta no hidrogénio e o seu potencial**, mas chamam a atenção para o facto de **algumas tecnologias de produção não estarem ainda maduras**. Defendem por isso uma abordagem incremental à sua introdução na matriz energética portuguesa;
- É referido o **contributo do hidrogénio para a indústria petroquímica**, o seu potencial **uso nas redes de gás natural** e o papel que pode desempenhar como **solução para o armazenamento de energia**;

A análise dos contributos revela muito interesse pelo hidrogénio e alguma preocupação com a sua competitividade económica. Como é referido no documento inicial da Visão Estratégica, o hidrogénio é muito versátil, e pode ser usado como matéria-prima para produzir amoníaco e fertilizantes, pode servir de *backup* às energias renováveis, pode competir em quase todas as fileiras da mobilidade, incluindo os transportes de longa duração, e finalmente pode constituir uma solução para armazenamento de energia, como é sublinhado em alguns contributos.

Existem quatro tecnologias de produção – a oxidação parcial, a reformação a partir do gás natural, a pirólise e gaseificação da biomassa e a eletrólise da água. Esta última tecnologia tem custos mais elevados, mas que têm vindo a declinar. A produção de hidrogénio verde, a partir do eletrólise da água e com base em energias renováveis, tem que ser entendida no contexto do projeto de descarbonização do país. Há processos industriais baseados no uso de gás, e para o país ser neutro em carbono, deve apostar na utilização de gases renováveis, como o hidrogénio verde.

O Cluster das Indústrias e da Economia de Defesa

De entre os contributos recebidos nesta área, destaca-se a necessidade de dotar a Marinha e a Força Aérea de frotas tecnologicamente avançadas, que permitam assegurar e reforçar a **proteção da Zona Económica Exclusiva**, mas também incorporar meios de combate a situações de emergência que possam vir a surgir.

A análise destes contributos mostra a importância atribuída a este *cluster* e o seu papel no exercício das funções de soberania. Tal como reconhecido na Visão Estratégica, este é um setor com forte potencial para ser um motor de inovação e de desenvolvimento tecnológico, podendo ter um papel muito relevante no progresso do conhecimento científico do oceano, do clima e do território e impulsionar a economia do mar. A Marinha tem um papel essencial no mapeamento dos fundos oceânicos, através de um projeto que deve suscitar apoio nacional, e que permitirá um maior conhecimento dos ecossistemas e dos recursos marinhos. As Forças Armadas são um parceiro essencial na prevenção de riscos, na fiscalização do território e no combate a situações de emergência e devem ser dotadas dos meios indispensáveis ao cumprimento destes desígnios.

O Setor mineiro e o CLUSTER do lítio, do nióbio e do tântalo

- Vários contributos sublinham que o país **deve aproveitar a oportunidade para produzir reservas de lítio**, respeitando os constrangimentos ambientais;
- É defendida a **proibição da exploração mineira em áreas classificadas**, devendo os projetos de mineração ser alvo de avaliação ambiental estratégica;
- Alguns operadores do setor mineiro exprimem **preocupação sobre as mudanças do enquadramento regulatório**, que complexificam procedimentos administrativos e aumentam os custos com a burocracia; chamam também a atenção para a **descentralização do processo decisório**, que pode comprometer a equidade entre as diferentes regiões e aumentar a discricionariedade.

Estes contributos acentuam a importância do desenvolvimento deste setor, em linha com a abordagem da Visão Estratégica. A sugestão de uma avaliação de impacto ambiental é importante e este procedimento deve estar sempre associado ao desenvolvimento destes projetos. A possibilidade de criação de riqueza com a exploração mineira não deve ser descartada, atendendo ao potencial que o país apresenta e à compatibilização que é possível assegurar com a sustentabilidade ambiental. Sobre o enquadramento regulatório, é importante assegurar a simplificação dos procedimentos administrativos e dos processos de decisão, sem que seja descurado o rigor na avaliação e fiscalização dos projetos.

O Cluster da Construção

É referida a necessidade de apoiar a modernização do setor, o investimento em I&D, a qualificação dos recursos humanos e investir na descarbonização.

O documento da Visão Estratégica refere a importância deste setor para a construção de novas infraestruturas, o que implica necessariamente uma qualificação e capacitação do setor para intervir em projetos complexos. O apoio em I&D deve ser transversal, conjugada com a mudança dos processos industriais, para assegurar de forma sustentada a descarbonização.

A Reindustrialização e a articulação com o tecido industrial e empresarial existente

O apoio à indústria existente e à recuperação de postos de trabalho a médio e longo prazo é uma preocupação patente nos contributos recebidos, bem como o **excessivo peso da reindustrialização** na Visão Estratégica, em detrimento de outros setores da economia, como os serviços e o comércio; é ainda referido o receio que o projeto de promover o país como um **hub de intermediação logística e de distribuição** provoque a verticalização das cadeias de produção, impedindo uma cooperação de base horizontal.

Estes contributos revelam uma visão algo polarizada e fragmentada da economia. O documento da Visão Estratégica trata o tema da reindustrialização em linha com as mudanças científicas e tecnológicas que estão a ocorrer no mundo e à necessidade de ser dada resposta às metas da descarbonização e da transição energética, sem que isso signifique uma desvalorização dos restantes setores. O objetivo é contribuir para uma visão integrada, não setorial, que permita potenciar estratégias e sinergias e galvanizar a economia no seu conjunto.

Eixo Estratégico 6 – A Reconversão Industrial

Os contributos para este eixo incidem designadamente no apoio à modernização tecnológica da indústria, na definição de regras de financiamento e de acesso aos mercados e na organização e gestão das empresas e melhoria da capacidade produtiva. Foram também recebidos muitos contributos com propostas de intervenção específicas, visando designadamente o aproveitamento de recursos endógenos e a descarbonização da indústria, que deverão ser alvo de uma análise mais fina.

A modernização tecnológica da Indústria

- **Assegurar a transparência e proteger a livre concorrência no leilão de atribuição de frequências 5G**, crucial para promover o potencial industrial do país;
- **Promover e facilitar o livre acesso das empresas** industriais às novas tecnologias;
- **Criar instrumentos regulatórios e promover o reconhecimento institucional das *startups* de base tecnológica**, que constituem um setor essencial ao processo de modernização e internacionalização da indústria portuguesa;
- **Instituir um programa de apoio à reconversão da indústria automóvel**, tirando partido das oportunidades geradas pelos objetivos da transição energética e dos recursos e tecnologias de que este setor dispõe.

Estes contributos são relevantes, atendendo à importância que a adequada cobertura territorial do 5G e o acesso generalizado às infraestruturas tecnológicas têm para a digitalização do país, com forte impacto na modernização do tecido industrial tradicional. O reforço do apoio à internacionalização e a criação de enquadramentos específicos para o setor das *startups* de base tecnológica são igualmente peças vitais para essa modernização e para o estímulo ao empreendedorismo.

A importância de apostar na reconversão da indústria automóvel, um dos mais importantes setores da atividade industrial em Portugal e que foi fortemente afetado pela crise pandémica e de fazer da indústria automóvel portuguesa uma componente incontornável da mobilidade sustentável que vai formatar o futuro é uma prioridade absoluta, como é referido no Documento de Visão Estratégica.

Financiamento e acesso aos mercados

- **Criação de sociedades de capital de risco**, enquanto instrumentos capazes de dotar as empresas de capital que lhes permita ganhar competitividade, capacidade de inovação e de ganhar espaço nas quotas de mercado internacionais;
- **Criação de um programa de apoio ao investimento em empresas que integram o mercado de capitais**, que preveja condições atrativas de tributação sobre rendimentos de capital e incentive as empresas a entrar no mercado de capitais;
- **Criação de um programa de apoio à tesouraria das empresas**, através do alargamento dos prazos de reporte dos prejuízos em 2020 e 2021 em sede de IRC, em sintonia com o que acontece noutros países europeus, para proteger o tecido empresarial;
- **Garantir o pagamento atempado aos fornecedores por parte do Estado**, e encurtar os prazos.

As sociedades de capital de risco são importantes para o futuro das empresas, ao capacitá-las com o capital indispensável à concretização dos seus planos de desenvolvimento; de igual forma, a dinamização do mercado de capitais português é fulcral para a promoção da saúde da economia portuguesa.

Tal como defendido na Visão Estratégica, é importante a definição de medidas de apoio à tesouraria das empresas, dando especial atenção às empresas economicamente viáveis que enfrentam sérias dificuldades na sequência da crise pandémica. O cumprimento dos prazos de pagamento pelo Estado deve ser objeto de atenção especial, atendendo ao peso que o setor estatal tem na economia e ao impacto que os prazos para pagamento e os atrasos na respetiva liquidação têm na tesouraria das empresas.

Gestão e funcionamento das empresas e capacidade produtiva

- **Apoiar a inovação tecnológica, para estimular a diversificação produtiva**, com a incorporação de produtos e serviços de maior valor acrescentado;
- **Criação de um programa de formação da gestão empresarial**, que capacite os gestores para enfrentar os desafios da modernização industrial e lhes permita contribuir para o aumento da competitividade e para a inserção no mercado europeu e global;
- **Estimular a constituição de parcerias de conhecimento** envolvendo empresas nacionais e internacionais, como forma de ancorar o desenvolvimento e estimular a competitividade.

O Documento da Visão Estratégica refere o investimento na qualificação da gestão empresarial como uma das medidas indispensáveis para ultrapassar constrangimentos ao desenvolvimento económico do país, o que mereceu reforço e destaque no debate público. O estímulo à cooperação e à constituição de parcerias que fomentem a participação das empresas portuguesas em redes colaborativas europeias é importante para alargar o horizonte de intervenção e criar condições para uma maior integração nas cadeias de valor europeias e globais.

Eixo Estratégico 7 – A transição Energética e a Eletrificação da Economia

O debate público em torno deste Eixo Estratégico centrou-se essencialmente na eficiência energética, no setor das energias renováveis, na necessidade de acelerar a eletrificação da economia e na relação entre a energia e as alterações climáticas.

O setor das Energias Renováveis

- **Reforçar a aposta na energia solar**, tirando partido do potencial do país e da redução dos custos de produção, combinando-a com as outras fontes de energia renovável, como a eólica e a hídrica, para minimizar os efeitos da intermitência e aumentar a resiliência do *cluster*;
- **Promover o investimento em energia eólica no mar**, devido ao maior potencial que os ventos fortes e constantes em alto mar apresentam;
- **Reforçar o incentivo à instalação de painéis fotovoltaicos** em empresas e habitações, facilitando ainda a interligação com a rede.

A intermitência das energias renováveis é conhecida e só poderá ser ultrapassada quando for descoberto um sistema de armazenamento em larga escala da energia proveniente destas fontes. Prevê-se que esta será uma das grandes descobertas do século XXI, que pode mudar o paradigma energético global. O potencial dos recursos renováveis do país é amplamente reconhecido e o seu aproveitamento conjunto pode tornar este *cluster* mais resiliente. Em relação à energia eólica *offshore*, existem projetos piloto e de demonstração em curso, o potencial é grande, mas ainda há um caminho a percorrer para assegurar a competitividade comercial desta tecnologia. O aproveitamento de todas estas fontes pode permitir a exportação de energia, e para isso é preciso tratar das interligações entre a Península Ibérica e a França e também com o Norte de África.

Eletrificação da economia

- **Apostar na utilização da tecnologia *Vehicle to Grid (V2G)***, que permite um fluxo bidirecional de energia – carregamento e descarga das baterias dos carros elétricos para a rede, nos pontos de maior procura – e contribui para rentabilizar consumos;
- **Apostar no desenvolvimento de Redes Elétricas Inteligentes**, para aumentar a eficiência de todo o sistema e harmonizar a oferta com a procura;
- **Promover a revisão da estrutura tarifária da eletricidade**, por ser um passo essencial para atingir o objetivo de eletrificação da economia;

O setor da energia está em mutação acelerada e estes contributos são uma mais-valia. A exploração do conceito de fluxos bidirecionais, em especial no campo da mobilidade elétrica, cria novas oportunidades e abre novas perspetivas para a gestão das redes de energia, para o seu armazenamento e para a resposta aos ciclos variáveis da procura. O seu potencial deve ser analisado,

em termos da viabilidade técnica e das oportunidades que pode criar. É também importante planear a evolução da rede e apostar cada vez mais nas redes elétricas inteligentes, para otimizar a eficiência e o funcionamento do sistema.

A proposta de revisão da estrutura tarifária de energia em linha com a dinâmica de mudança deve ser analisada e estudada. É importante para a performance da economia portuguesa a redução dos custos de contexto, em particular da energia.

Eixo Estratégico 8 – Coesão do Território, Agricultura e Floresta

Os múltiplos contributos recebidos no âmbito deste Eixo Estratégico versaram o ordenamento e valorização do território, a inovação na agricultura e o planeamento e defesa da floresta, através de programas orientados para a preservação da biodiversidade e para a valorização do capital natural, que são sumarizados em três grandes categorias.

Ordenamento e valorização do território

- Para esta valência, os contributos focaram, essencialmente, as seguintes temáticas:
- **O estabelecimento de “contratos de desenvolvimento territorial”**, entre comunidades intermunicipais, universidades e politécnicos e associações empresariais, e promoção e expansão, à escala nacional, do princípio das **“Autarquias Laboratório”**, rentabilizando e disseminando boas práticas e experiências.
- **Melhorar o ordenamento dos territórios rústicos e urbanos**, através da reforma do minifúndio e da promoção de operações de emparcelamento de terras e de atualização dos registos cadastrais;
- Definição de **“Políticas de Território”**, com modelos de governança e organização territorial, que permitam descentralizar, desconcentrar, desburocratizar e acelerar as tomadas de decisão, a implementação de projetos e aumentar a competitividade e o desenvolvimento económico dos territórios, incluindo as Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto;
- **Restauração dos ecossistemas**, privilegiando a renaturalização dos territórios e a instalação de infraestruturas verdes que permitam o repovoamento com espécies vegetais e animais autóctones e promovendo uma intervenção para a defesa do litoral, designadamente através da construção de sistemas dunares;
- **Definir e consolidar projetos sustentáveis de valorização dos recursos naturais** para todo o país, com incidência no interior;
- **Definir uma política fiscal para o interior do país**, designadamente ao nível do IRC, para estimular o desenvolvimento empresarial;
- **Reforçar o combate à desertificação**, em particular no Baixo Alentejo e no Norte do Algarve, mobilizando as universidades, politécnicos e centros tecnológicos.

A generalidade dos contributos neste domínio vai ao encontro das propostas apresentadas na Visão Estratégica, apresentando sugestões capazes de lhes conferir maior abrangência, incidindo nomeadamente na necessidade de definir medidas de política para o território, que permitam diminuir as assimetrias e desigualdades, estimulem o desenvolvimento social e económico e o correto

aproveitamento dos recursos naturais, tendo sempre em atenção a preservação dos ecossistemas e da sustentabilidade ambiental.

O documento da Visão Estratégica acentua a urgência de o país reforçar as políticas públicas de combate à desertificação. Este fenómeno pode trazer um futuro muito difícil para regiões como o Baixo Alentejo e o Norte do Algarve. O debate público mostrou um apoio grande a este programa e estimula a sua inserção na luta mais global para diminuir as assimetrias entre o litoral e o interior e identificar redes colaborativas entre universidades, politécnicos, centros tecnológicos e de inovação, capazes de corporizarem as políticas públicas e consolidarem o combate à desertificação.

- No que respeita à Agricultura, ressaltam os seguintes contributos:
- Adoção de **medidas de eficiência energética**, como forma de diminuir custos de contexto e de produção de bens agrícolas;
- **Rentabilização de recursos hídricos para a agricultura**, através da sua exploração adequada, da constituição de sistemas de reserva estratégica de água para agricultura, da simplificação de processos de licenciamento de infraestruturas hidráulica e com a otimização de processos de rega;
- **Reforço da agenda de inovação na agricultura**, com introdução de novas tecnologias e ferramentas que permitam modernizar e tornar mais eficazes e competitivos os processos produtivos;
- **Criar um estatuto especial para agricultores inovadores**, que privilegiem a utilização de novas tecnologias e a produção sustentável dos bens agrícolas, por forma a atrair e incentivar as gerações mais novas, promovendo o acesso á terra, o financiamento e apoio técnico;
- **Promoção de iniciativas que equilibrem a balança de importações** de produtos agrícolas, através da adoção de estratégias inteligentes de aproveitamento das diferentes características dos solos agrícolas e de campanhas de plantação adequadas que permitam a implementação de mecanismos de substituição de importações;
- **Definir medidas de estímulo a uma agricultura mais ecológica e sustentável**, que permita redefinir o modelo agrícola do país, designadamente através do estímulo à venda direta ao consumidor e à criação de bancos de sementes, constituídos com base no levantamento sistemático das espécies mais adequadas a cada território.
- **Explorar o potencial da agricultura de sequeiro**, que ocupa cerca de 85% da superfície arável do país.

Agricultura

Tal como é referido na Visão Estratégica, a Agricultura é um vetor fundamental da recuperação económica do país. Os contributos recebidos incidem fortemente na necessidade de inovação tecnológica, que favoreça a rentabilização do setor, e permita criar condições para a implementação de novas atividades, com novos métodos de trabalho, e de um planeamento mais estratégico e

inteligente da atividade, o que, associado às propostas de criação de estímulos para atrair e fixar as gerações mais novas, poderá dar um forte contributo ao desenvolvimento do setor e ao aumento da sua competitividade.

Floresta

A adoção de medidas de controlo e prevenção de incêndios florestais é recorrente nos contributos recebidos para o setor da floresta, designadamente a **reordenação das florestas**, evitando a existência de extensas áreas de floresta contínua; **redesenhar a ocupação dos territórios rurais**, fazendo uma distribuição adequada e inteligente de terrenos destinados à floresta, à agricultura e à pecuária; **planear o reflorestamento de montanhas e serras** com espécies autóctones e resilientes ao fogo e às alterações climáticas; **requalificação das estradas florestais e agrícolas**, permitindo a necessária acessibilidade; **reforço da capacitação para prevenção e controlo de riscos de incêndio**. É igualmente alvo de sugestões a **construção de centrais de biomassa para produção de calor**.

Os contributos recebidos estão alinhados com a necessidade, expressa na Visão Estratégica, de criação de condições para dotar o país de uma floresta para o futuro, mais ordenada, biodiversa, resiliente e articulada com o mosaico agrícola, agroflorestal e silvopastoril e capaz de produzir riqueza.

Eixo Estratégico 9 – Um Novo Paradigma para as Cidades e a Mobilidade

O debate público sobre este Eixo Estratégico abordou grandes temáticas, como a reformatação do sistema de mobilidade urbana e a reorganização e replaneamento das cidades.

Mobilidade Urbana

- **Investir numa rede de metro de superfície e de “elétricos”** nas grandes cidades, como forma de minorar os efeitos do “fracasso” do autocarro como meio de transporte público urbano, que se mostrou incapaz de dissuadir a utilização de viaturas particulares;
- **Substituir os grandes autocarros a gasóleo** nos centros urbanos por veículos híbridos de menor dimensão, com o objetivo de poupar recursos, aliviar o tráfego e introduzir maior eficiência na circulação;
- **Criar redes viárias integradas**, que coordenem com eficácia a circulação de bicicletas e de peões com os restantes veículos;
- **Reforçar em todas as cidades do país a rede de ciclovias** e promover a utilização crescente de bicicletas comuns e elétricas;
- **Investir numa rede de carregamento de baterias para carros elétricos**, em todas as cidades, que estimule a eletrificação das frotas urbanas, públicas e particulares.
- **Acelerar os processos de licenciamento de pontos de carregamento** de viaturas elétricas, introduzindo regras para ocupação do espaço público destas infraestruturas.

A aposta nos transportes públicos eletrificados e em viaturas elétricas – sejam carros ou bicicletas – é essencial para melhorar a mobilidade urbana e simultaneamente para contribuir para a descarbonização das cidades. As redes viárias integradas podem contribuir para consolidar um novo paradigma de mobilidade. As propostas apresentadas estão em linha com a Visão Estratégica e corroboram e aprofundam algumas das ideias e soluções propostas.

Ordenamento e Planeamento Urbano

- **Promover a densificação das cidades**, independentemente da sua dimensão, em articulação com a melhoria da rede de transportes públicos e com a implementação de zonas mistas de habitação e comércio e serviços.
- **Definir uma estratégia integrada de deslocalização de pessoas e empresas para as cidades do interior**, cada vez mais desertificadas, com recurso a mecanismos de incentivos adequados.
- **Implementar programas para tornar as cidades mais verdes e inclusivas**, definindo medidas de melhoria da qualidade do ar, de redução do ruído e de promoção da descarbonização.
- **Implementar um programa de apoio à promoção da reabilitação e sustentabilidade do edificado urbano**, público e privado, que contemple a desburocratização e simplificação de licenciamentos e a concessão de apoio financeiro a intervenções que prevejam melhorias ao nível do maior aproveitamento da luz natural, do isolamento térmico e acústico e da instalação de fontes de energia renovável.
- **Criar incentivos à mudança de pessoas das grandes metrópoles para cidades de média e pequena dimensão**, permitindo uma maior dispersão da população pelo território nacional, rentabilizando para este objetivo a experiência bem-sucedida de recurso ao teletrabalho durante a crise pandémica.

Todos estes contributos, designadamente a articulação da rede de transportes com a distribuição da população, o reforço dos programas para tornar as cidades mais verdes e inclusivas e o lançamento de um novo ciclo de programas de reabilitação urbana, reforçam a necessidade imperiosa de introduzir melhorias no planeamento urbano, integrado em políticas mais abrangentes de ordenamento e ocupação do território.

Eixo Estratégico 10 – Cultura, Serviços, Comércio, Turismo

Os contributos do debate público foram multifacetados e cobriram todos os setores.

O papel do Setor Terciário na Recuperação da Economia

A **criação de políticas orientadas para o futuro do setor terciário** é recorrente nos contributos, designadamente no que respeita ao estímulo à cooperação e à transversalidade, potenciando sinergias coletivas; ao ajustamento da **articulação e integração nas cadeias logísticas de produção**; à aposta na qualificação, através da **implementação de um sistema de ensino e formação profissional** mais próximo do tecido empresarial; à aposta na **atração de investimento direto estrangeiro**, instituir uma política de **ordenamento do território e das cidades** que fomente a complementaridade e aumente a competitividade económica deste setor.

O papel do setor terciário é essencial no funcionamento da economia, e as propostas são relevantes e devem ser tidas em consideração.

O Comércio

- **Incentivar o *e-commerce***, através da implementação de medidas que garantam a igualdade de condições entre os operadores dos países da UE;
- **Reduzir os custos de contexto** associados ao *e-commerce*, e adequar os enquadramentos regulatórios a esta nova forma de intervenção no mercado;
- **Criar e reforçar incentivos de apoio à economia circular**, através do apoio à criação de novos negócios de comércio de produtos em segunda mão e de produtos reciclados;

O incentivo à adoção do *e-commerce* e a definição de regras que o tornem atrativo junto das empresas comerciais tradicionais é vital para a modernização e aumento de competitividade deste setor. As plataformas digitais vão formatar o futuro deste setor, mudar as cadeias de valor, fazer emergir novos modelos de negócio, e são necessárias políticas públicas de apoio a este processo de transformação. Também a aposta na economia circular tem uma importância decisiva para um futuro que se pretende mais ecológico e sustentável, com redução de desperdícios e reaproveitamento de bens e produtos.

Turismo

- **Apostar na diversificação da oferta turística, apoiando** o desenvolvimento do **turismo de saúde e bem-estar** e do **turismo cultural**, rentabilizando as condições privilegiadas que o país tem nestas áreas;
- **Promover os parques naturais do país**, através de programas de apoio à sua recuperação e da organização de grandes campanhas promocionais, visando atrair o turismo nacional e internacional.
- **Investir na requalificação do património arquitetónico português**, rentabilizando o reconhecimento internacional da arquitetura contemporânea nacional, com forte potencial de atração turística.
- Definição do Modelo de Governança e de Gestão do Turismo Português;
- Programa de Redução da Pegada Ecológica do Turismo e Aviação;
- Programa de Renovação e Sustentabilidade de Destinos Maduros;
- Programa de Inovação e Aprofundamento Digital do Turismo Português;
- Plano de Marketing Integrado do Turismo Português;
- Programa de Capacitação e Dignificação dos Profissionais do Turismo;

Portugal tem um património natural, cultural e arquitetónico muito rico e diversificado que deve ser potenciado, rentabilizado e divulgado. A diversificação da oferta turística e o desenvolvimento de nichos específicos de turismo são importantes, dada a sua potencialidade na atração de turistas, e podem ter uma importância decisiva na recuperação da economia nacional.

Estas propostas assumem uma grande relevância na abordagem estratégica ao setor do turismo, pelo que devem ser amplamente apoiadas.

Cultura

- **Sensibilizar os operadores culturais para a importância da utilização de ferramentas e tecnologias digitais**, visando atrair novos públicos para a cultura e expandir a sua intervenção a todo o território nacional e ao espaço lusófono.
- **Incentivar, através de benefícios fiscais, o uso de ferramentas digitais**, pelos artistas e organizações culturais;
- **Promover programas de formação em tecnologias** para os agentes culturais.

A aposta na digitalização da cultura é defendida no documento inicial e esta pode ser uma via importante para disseminar os conteúdos culturais, ajudar à internacionalização da cultura portuguesa e abrir novas oportunidades de emprego e qualificação nesta área.

Desporto

O desporto pode contribuir de forma significativa para a economia portuguesa, seja na sua componente de turismo desportivo, seja associado ao espetáculo desportivo ou à prática desportiva. A aposta nos recursos específicos do nosso país a este nível tem vindo crescer, sendo Portugal cada vez mais conhecido pela sua apazibilidade para a prática desportiva, sendo já exemplos disso o golfe e o surf.

Por outro lado, políticas que promovam o incremento da prática desportiva terão consequências na qualidade de vida dos cidadãos, designadamente ao nível da prevenção e tratamento das doenças crónicas não transmissíveis e da incapacidade funcional, contribuindo fortemente para redução dos pesados encargos públicos com o Serviço Nacional de Saúde.

- **Programa de Reabilitação de Instalações Desportivas**, através de co-financiamento de pequenas obras em clubes e associações desportivas de base local.
- **Promoção da marca Portugal no Desporto**, enquanto destino privilegiado para turismo desportivo, com enfoque nos desportos náuticos; realização de estágios desportivos, potenciando a utilização dos nossos 14 Centros de Alto Rendimento por atletas e equipas nacionais e internacionais; e realização de eventos desportivos internacionais de pequena e média dimensão, que permitam trazer espetadores estrangeiros e, assim, promover Portugal enquanto destino de turismo;

Estes contributos assumem-se como bastante pertinentes e consentâneos com a abordagem integrada das diferentes componentes do Eixo, devendo, por isso, ser considerados.

Condicionantes, Limitações e Oportunidades

- O debate público sobre as condicionantes, limitações e oportunidades identificadas na Visão Estratégica como questões decisivas para a implementação com sucesso dos programas do plano de recuperação económica, veio confirmar a necessidade de dar atenção ao modelo de financiamento, controlo e monitorização dos investimentos públicos, bem como ao funcionamento e organização da administração pública, do sistema bancário, das instituições públicas de regulação, do sistema de justiça e do território.
- As questões relativas ao **modelo de financiamento, controlo e monitorização dos investimentos públicos**, estão presentes em inúmeros contributos, sublinhando-se três grandes preocupações:
- **a criação de novos instrumentos financeiros e a articulação, reforço e avaliação dos instrumentos já existentes**, tanto ao nível público como privado, reconhecendo-se a necessidade de capacitar as instituições públicas na liderança de todo o processo;
- **A definição de um modelo de governação** que inclua uma clarificação das prioridades, dos calendários e dos agentes envolvidos, considerando designadamente a **participação das autarquias**;
- **A adoção de medidas de prevenção e combate à corrupção, de defesa da transparência dos processos decisórios e dos seus resultados**, considerando-se essencial para alcançar estes objetivos a instituição de mecanismos de escrutínio baseados em sistemas de informação sólidos, rigorosos e acessíveis.
- Quanto à **Administração Pública, ao seu funcionamento, organização, reforço dos seus recursos e qualificação dos funcionários**, o conjunto dos contributos vem sublinhar a importância de uma administração pública, central e local, articulada, qualificada, desburocratizada e descentralizada, tendo sido apresentadas sugestões concretas para ultrapassar alguns problemas.
- Sobre o **sistema de justiça, o seu funcionamento e organização**, a análise dos contributos confirma a existência de uma perceção generalizada das dificuldades que enfrentam as instituições e os cidadãos. As preocupações relacionam-se sobretudo com a excessiva burocratização e complexidade processual, tendo sido sugeridas inúmeras medidas de simplificação associadas à digitalização e uso das tecnologias digitais em todas as fases dos processos, reconhecendo-se a necessidade de reforçar a capacidade técnica e os recursos disponíveis. Porém, no debate público sobre as matérias de justiça, são referidas também preocupações com as dificuldades de acesso por parte dos cidadãos, dificuldades associadas às custas, ao apoio judiciário, ao conhecimento e à informação.